

RESUMO - CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - DIREITO

**MULHERES, ETNODESENVOLVIMENTO E JUSTIÇA CLIMÁTICA:
PROTAGONISMO FEMININO EM COMUNIDADES TRADICIONAIS NA
DEFESA DE TERRITÓRIOS E DO MEIO AMBIENTE.**

Maria Eduarda De Souza Do Nascimento Pires (maria_pires@ufrj.br)

Isabelle Kristine Dos Santos Barbosa (isabellekristine@ufrj.br)

Beatriz Lima De Andrade (beatrizlimand@ufrj.br)

Thainara De Andrade Marcelino (thainara-marcelino@ufrj.br)

Alexandre Monteiro De Carvalho (amcarvalho.ufrj@gmail.com)

Suellen Rodrigues Barros (suellenrodriguesbarros9@gmail.com)

Douglas Maxwell Monteiro Carvalho (max.premo@hotmail.com)

Maxwel Souza Gabriel (m.axw.el.dlt5@gmail.com)

Antonio Petterson De Souza Nóbrega (petterson1313@gmail.com)

Natan Barbosa Juvenal Dos Santos (barbosanatan573@gmail.com)

Cleyson Soares Saturnino (budegasoares@gmail.com)

Arthur Pinheiro Miranda (miranda19@ufrj.br)

Douglas Oliveira Da Costa (adouki@gmail.com)

A discussão sobre justiça climática tem revelado a centralidade do protagonismo feminino em comunidades tradicionais na defesa de seus territórios e modos de vida, articulando luta social, saberes ancestrais e

resistência frente às desigualdades históricas. O presente trabalho tem como tema “Mulheres, etnodesenvolvimento e justiça climática: protagonismo feminino em comunidades tradicionais na defesa de territórios e do meio ambiente” e parte da compreensão de que as mudanças climáticas, intensificadas pela exploração predatória da natureza e pela ausência de políticas públicas efetivas, atingem de forma desproporcional mulheres negras, indígenas e ribeirinhas, cujas trajetórias de resistência se conectam à preservação ambiental e à manutenção da identidade cultural de seus povos. O objetivo da pesquisa foi analisar como as mulheres de diferentes contextos (quilombolas do Sapê do Norte (ES), ribeirinhas do Pantanal Sul-matogrossense e lideranças indígenas e quilombolas da Amazônia) articulam práticas de etnodesenvolvimento, estratégias de defesa territorial e ações de enfrentamento às mudanças climáticas, afirmando-se como protagonistas de processos de justiça climática. A metodologia baseou-se em pesquisa bibliográfica e documental, a partir da leitura de dissertações, artigos e ensaios teóricos que abordaram essas realidades, como os trabalhos de SANTOS (2022) sobre as lideranças quilombolas do Espírito Santo, de RONDON (2024) sobre a resiliência feminina no Pantanal, de CASTELO BRANCO (2024) sobre litigância climática e interseccionalidade, e de MIRANDA e BARROSO (2023) sobre o conceito de corpo-território na Amazônia. Esses estudos foram mobilizados de modo articulado, possibilitando construir uma análise comparativa das experiências da resistência feminina em diferentes biomas e comunidades. Os resultados da análise apontaram que, no Sapê do Norte, as mulheres quilombolas assumem papel central na luta contra a expropriação territorial, atuando como guardiãs de saberes tradicionais, educadoras comunitárias e lideranças políticas que ressignificam a ancestralidade como estratégia de resistência (SANTOS, 2022). No Pantanal, as ribeirinhas evidenciam a resiliência diante de desastres ambientais como queimadas e secas, fortalecendo práticas de manejo sustentável e reafirmando a importância do conhecimento ecológico local para a preservação do bioma e a sobrevivência comunitária (RONDON, 2024). Já na Amazônia, o conceito de corpo-território traduz a inseparabilidade entre a vida das mulheres e a integridade dos territórios, revelando como a exploração da natureza se manifesta também como violência contra seus corpos, sendo a mobilização de mulheres indígenas e quilombolas em eventos internacionais, como a COP 27, um exemplo de resistência global (MIRANDA; BARROSO, 2023). Por fim, observou-se que a litigância climática e o ecofeminismo, discutidos por CASTELO BRANCO (2024), fornecem importantes chaves interpretativas para

compreender como esses movimentos acionam o Estado e produzem contranarrativas de soberania alimentar, hídrica e energética, como se vê na Marcha das Margaridas e no Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu. Como conclusão, evidenciou-se que o protagonismo feminino em comunidades tradicionais vai além da luta local: é um ato político que confronta colonialidade, patriarcado e racismo ambiental, ao mesmo tempo em que propõe alternativas de etnodesenvolvimento baseadas na biodiversidade, na justiça social e na sustentabilidade. Nesse sentido, a centralidade das mulheres na defesa de territórios e na construção de estratégias de enfrentamento às mudanças climáticas reafirma sua condição de agentes indispensáveis na busca por um mundo mais justo e igualitário.

Palavras-chave: mulheres; etnodesenvolvimento; justiça climática; comunidades tradicionais; protagonismo feminino.